

Carneiro Campelo Júnior, advogado. Antônio de Freitas Cavalcanti, advogado. Suplentes: Mário Gomes de Barros, advogado e Aurélio Buarque de Holanda, professor. Leandro Maciel, engenheiro. Suplentes: Luís Garcia, advogado e Valter Franco, industrial. Lafayette Coutinho, médico. Suplentes: José de Freitas Jatobá, engenheiro e Antônio Cordeiro de Miranda, advogado. Dulcino Monteiro de Castro, médico. Suplentes: Astênio Bagueira Leal, banqueiro e Evaldo Gomes, advogado. Galdino do Vale Filho, médico. Suplentes: Paulo Bruno Brito de Araújo, contador e Francisco Martins de Almeida, advogado. Adauto Lúcio Cardoso, advogado. Suplentes: Heitor da Nóbrega Beltrão, advogado e Pedro Xavier D'Araújo, advogado. Herbert Levy, advogado. Suplentes: Luís de Toledo Fisa Sobrinho, advogado e Lauro Monteiro da Cruz, médico. Othon Mader, engenheiro e industrial. Suplentes: Ostojá Roguski,

advogado e Francisco Paula Soares Neto, advogado. Adolfo Konder, advogado. Suplentes: Aristiliano Ramos, industrial e Henrique Ruppi Júnior, advogado. José Antônio Flores da Cunha, advogado. Suplentes: João Carlos Machado, advogado e Poty Modeiros, advogado. Milton Soares Campos, advogado. Suplentes: Leopoldo Maciel, advogado e José Magalhães Pinto, banqueiro. João Villasboas, advogado. Suplentes: Vespasiano Martins, médico e Dolor de Andrade, advogado. José Fleury, médico. Suplentes: Frederico Nunes da Silva, médico e Francisco de Brito, fazendeiro. Armênio Santos, comerciante. Jerocílio Gueiros, funcionário e Isaac Volchan, professor. Ernesto Laudelino de Almeida, médico. Suplentes: João Fernandes de Sousa, médico e Salvador Lima, comerciante. — Confere com o original: Júlia Borghi Leal, Secretária do Diretor Geral. Visto: Jayme de Assis Almeida, Diretor Geral.

PROJETOS E DEBATES LEGISLATIVOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto n.º 2.300 — 1953

Cria o selo eleitoral para despesas da Justiça Eleitoral com o serviço de alistamento de eleitores, propaganda de partidos e candidatos 10 dias antes das eleições e condução gratuita dos eleitores às Juntas nos dias do pleito.

(Do Sr. João Cabanas)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica criado o "selo eleitoral" no valor de 0,50 centavos, para ser afixado nos seguintes documentos: recibos de qualquer espécie; títulos da dívida pública, companhias de seguros e capitalização; cartas de fiança, escrituras imobiliárias de compra, venda, promessa de compra e venda; promissórias, letras de câmbio e duplicatas; registros de firmas; certidões de cartórios e de qualquer repartição pública; registros de imóveis, hipotecas, requerimentos.

Art. 2.º A renda proveniente do "Selo Eleitoral" será destinada a despesas com serviços da Justiça Eleitoral. Será distribuída pelo Superior Tribunal Eleitoral aos Tribunais Regionais Eleitorais e destes aos Juizes e Juntas Eleitorais em cotas proporcionais ao número de eleitores inscritos em cada Estado e zonas eleitorais.

Art. 3.º Os Tribunais Regionais Eleitorais, Juizes e Juntas Eleitorais, aplicarão suas cotas em despesas de alistamento ou em outros encargos no decorrer dos dez dias que antecedem qualquer pleito eleitoral, bem como no próprio dia das eleições, da seguinte forma:

A) Em toda e qualquer despesa com o alistamento dos eleitores durante todo ano.

B) Na remessa de cédulas e material de propaganda dos partidos e de todos seus candidatos, até 15 dias antes das eleições aos ditórios e subdiretórios municipais e distritais.

C) No aluguel e contrato de veículos de transporte coletivo, taxis, ônibus, caminhões, etc., que possam conduzir eleitores aos colégios eleitorais, bem como conduzi-los de retorno.

D) Na divulgação em emissoras de rádio ondas curtas e longas da propaganda dos Partidos Políticos e nomes de todos seus candidatos.

F) Na divulgação nos jornais da capital e do interior da propaganda dos Partidos Políticos de todos seus candidatos.

Art. 4.º Até 30 dias antes da data das eleições, os diretórios estaduais dos Partidos enviarão aos Tribunais Regionais Eleitorais, seu material de propaganda, devidamente acondicionados, e os de seus candidatos, bem como cédulas em número que julgar conveniente, mas sempre igual número para cada candidato e nunca inferior a um terço dos eleitores inscritos no município.

§ 1.º Os Tribunais Eleitorais remeterão o material recebido aos diretórios municipais e distritais, de modo a que chegue às mãos destes até 15 dias antes das eleições.

§ 2.º Os Correios diligenciarão para que os volumes recebidos dos Tribunais Regionais Eleitorais, sejam imediatamente encaminhados às respectivas agências postais, exigindo-lhes comprovantes de recebimento em três vias, uma das quais será recebida pela Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3.º As Agências postais procederão imediatamente da mesma forma. As que não tiverem carteiro para entrega externa, providenciarão para que, por qualquer meio, seja o material recebido entregue a seu destinatário, exigindo-lhe recibo em três vias, uma das quais será entregue ao Juiz Eleitoral da localidade.

§ 4.º Os Correios providenciarão para que no decorrer dos 30 dias que antecedem qualquer pleito eleitoral geral, haja em locais de provável expedições numéricas de material eleitoral, guichets ou agências especiais para receber não só o material eleitoral encaminhado pelos Tribunais Eleitorais, como para receber correspondência contendo unicamente cédulas e instruções remetidas pelos candidatos a amigos ou eleitores, anotando-se na parte externa dos volumes "Material Eleitoral".

Art. 5.º Até 10 dias antes das eleições todo proprietário de veículo de transporte coletivo, taxis, ônibus, bem como caminhões de carga, ficam obrigados a comunicar e registrar seus veículos e seus motoristas perante o Juiz Eleitoral do Município ou Comarca, a fim de ficarem à disposição da Justiça Eleitoral no dia das eleições, das 6 às 20 horas, para o transporte gratuito dos eleitores até os colégios eleitorais e seu retorno.

Art. 6.º As repartições públicas, por intermédio de seus Departamentos, até 10 dias antes das eleições, ficam obrigadas a enviar relação completa de seus carros oficiais, bem como relação dos respectivos motoristas, os quais ficarão à disposição da Justiça Eleitoral, conforme as instruções que receberem desta.

§ 1.º Ficam isentos destas exigências os veículos do Palácio da Presidência da República, dos titulares das pastas ministeriais, dos membros do Poder Legislativo, dos membros do Poder Judiciário, dos Palácios dos Governadores de Estados, dos Prefeitos, os veículos dos Secretários de Estado, membros dos Poderes Legislativos Estaduais e municipais, veículos das polícias civis e militares, bem como das entidades militares do Exército, Marinha e Aeronáutica.

§ 2.º No caso de que os Ministérios Militares ou alguma de suas dependências sediadas no interior, julgarem não haver inconveniência aos interesses militares, colocar a disposição da Justiça Eleitoral algum de seus veículos, esta, aceitando, lhes determi-

nará instruções para o transporte de eleitores no dia das eleições. Neste caso os oitantes não mais poderão deixar de cumprir as instruções recebidas, salvo por motivo de força maior.

Art. 7.º Os veículos de transporte coletivo de tração elétrica tráfegarão obrigatoriamente nos dias das eleições, das 6 às 20 horas, transportando gratuitamente todo e qualquer cidadão que exibir sua carteira eleitoral.

Art. 8.º Nos dias de eleições, das 6 às 20 horas, fica proibida a circulação de caminhões, taxis não requisitados pela Justiça Eleitoral, conduzindo mais de três pessoas, ou coletivamente mais de três eleitores.

Art. 9.º Os carros de passeio e uso particular, no dia das eleições, das 6 às 20 horas, somente poderão circular duas vezes, conduzindo, no máximo, cinco pessoas pertencentes à família do proprietário.

Parágrafo único. Nenhum carro ou veículo, a não ser o usado pelos candidatos, poderá ter afixados emblemas partidários, cartazes de candidatos, nos dias das eleições.

Art. 10. Os veículos requisitados e postos à disposição da Justiça Eleitoral terão para facilmente distinguí-los, faixas contendo os seguintes dizeres: "Transporte gratuito de eleitores — Justiça Eleitoral". As faixas serão fornecidas pelos Tribunais ou Juizes Eleitorais, por conta da renda prevista por esta lei.

Art. 11. As indenizações aos proprietários de veículos que tenham prestado serviços à Justiça Eleitoral, serão feitas conforme a tabela abaixo, que vigorará igualmente em qualquer ponto do território nacional, para o dia das eleições:

a) Taxis ou carros particulares excluídos carros de chapa branca que deverão se apresentar devidamente equipados e com motoristas), quarenta cruzeiros por hora, qualquer que seja o número de eleitores transportados.

b) Ônibus, dois cruzeiros por hora e por pessoa, inclusive os previstos para a viagem em pé. (Assim um ônibus com capacidade para 36 passageiros sentados e 14 em pé, terá por base 50 passageiros, ou sejam cem cruzeiros por hora) qualquer que seja o número de passageiros transportados.

c) Caminhões de carga à razão de 10 passageiros por metro corrido de carroceria, dois cruzeiros por passageiro, ou sejam 10 cruzeiros por metro corrido de carroceria por hora, seja qual for o número de passageiros transportados.

d) Veículos de tração elétrica à razão de 250 cruzeiros por unidade de transporte que haja tráfego das 6 às 20 horas, nos dias de eleições.

Art. 12. Os Juizes Eleitorais providenciarão junto às Prefeituras, inspetorias de tráfego, delegacias distritais, repartições públicas, não só o fornecimento por parte destas da relação de veículos e motoristas registrados, como a fiscalização, nos dias de eleições, para que esta lei não seja burlada ou que os veículos em serviço da Justiça Eleitoral ou não, desvirtuem os seus objetivos, recusando ou selecionando o transporte de eleitores.

Art. 13. Os Juizes Eleitorais, 10 dias antes das eleições, indicarão por zona e por distrito, os pontos de estacionamento dos veículos registrados, a fim de conduzirem eleitores aos colégios eleitorais e retorno, das 6 às 20 horas, de modo haver sempre, no início dos dois percursos, para a ida e para volta, veículos disponíveis para os que vão votar e para os que já votaram.

Parágrafo único. Os locais e pontos de estacionamento serão divulgados com antecedência e amplamente por todos os meios possíveis e por editais de preferência afixados bem visíveis, nos locais determinados, frizando que os serviços de transportes são gratuitos para qualquer eleitor que estes o procurem. E que está vedado aos partidos e aos candidatos instalar serviços iguais. Nos distritos do interior os veículos a serviço da Justiça Eleitoral serão estacionados nas praças principais, ou então à margem dos caminhos e estradas acessíveis aos eleitores mais afastados.

Art. 14. Fica proibido aos Partidos e aos candidatos, no decorrer dos 15 dias que antecedem as elei-

ções, afixar cartazes ou fazer qualquer propaganda ou publicidade eleitoral, por conta própria, em emissoras de rádio, altos falantes, jornais, etc., salvo em comícios, cuja irradiação não poderá ir além das horas em que estão se realizando, nem poderão ser transmitido por outras emissoras, nem noticiados na íntegra pelos jornais após sua realização.

§ 1.º A propaganda custeada pela Justiça Eleitoral, pelo rádio ou pelos jornais se fará no decorrer dos 15 dias que antecedem as eleições com os elementos e materiais que forem enviados pelos Partidos Políticos à Justiça Eleitoral, que os distribuirá em forma igual entre as empresas radiodifusoras e pelos jornais.

§ 2.º A propaganda por meio de cartazes, ou em boletins, bem como a distribuição de cédulas em via pública só poderá ser feita pelos partidos e pelos candidatos até 10 dias antes das eleições.

Art. 15. Para efeito do que dispõem o artigo anterior, serão observadas as seguintes instruções:

a) Os Partidos políticos enviarão seu material de propaganda divulgando os pontos básicos partidários, bem como citando os nomes de todos seus candidatos. Cada jornal, na capital, reservará um quarto de página para cada partido. No interior reservará 1/8 para cada partido. Não sendo possível a algum jornal fazer a publicação por falta de papel ou espaço, fica-lhe vedado então fazer qualquer outra publicação de caráter eleitoral, até 24 horas após as eleições.

b) A propaganda pelas emissoras de rádio se fará diariamente, nos 10 dias que antecedem as eleições por conta da Justiça Eleitoral, duas vezes para cada partido e com duração de 15 minutos de cada vez, sendo obrigatório a citação dos nomes de todos os candidatos do partido de que se irradia.

c) Nenhuma estação emissora ou jornal poderá negar-se a cumprir as determinações da Justiça Eleitoral, salvo os jornais que alegarem falta de papel ou espaço.

d) Os preços a serem pagos pela Justiça Eleitoral aos jornais com tais publicações serão de Cr\$ por centímetro quadrado de cada vez. Para as rádios emissoras serão de Cr\$ para cada 15 minutos de irradiação.

e) Em hipótese alguma os partidos e os candidatos sofrerão onus algum por estas divulgações.

Art. 16. A Justiça Eleitoral instalará pequenas bancas a razão de cinco para cada partido, contendo cédula de todos os candidatos e com igual número, nas imediações dos colégios eleitorais em um raio de 150 metros. As bancas terão bem visível a indicação do nome do partido seu distintivo ou emblema. Aos candidatos cabe-lhes o direito de vigiar e fornecer cédulas as referidas bancas sempre que notar que faltam.

Art. 17. Os motoristas a serviço da Justiça Eleitoral, se eleitores, votarão nas juntas eleitorais em que estejam servindo, logo após sua primeira viagem conduzindo eleitores. Os motoristas de veículos de tração elétrica serão dispensados por duas horas para votarem de modo, porém, a não suspender o tráfego de qualquer veículo.

Art. 18. Nenhum motorista ou condutor de veículo, uma vez designado pela Justiça Eleitoral para servi-la, poderá negar-se a prestar seus serviços, a não ser por motivo de força maior devidamente comprovado, sob pena de prisão de um a cinco meses e multa de mil a cinco mil cruzeiros.

Art. 19. As despesas decorrentes com as obrigações impostas pela presente lei, começarão a ser saldadas pela Justiça Eleitoral local, 48 horas após as eleições por conta da cota do sêlo eleitoral que lhe for enviado.

Parágrafo único. Se as cotas não forem suficientes o Superior Tribunal Eleitoral requisitará do Poder Executivo crédito especial; o que lhe será concedido com a máxima urgência. Se ao contrário se verificarem saldos serão eles encaminhados com guia aos Tribunais Eleitorais Regionais que, por sua vez, os encaminhará ao Superior Tribunal Eleitoral para recolhimento ao Tesouro mediante guia.

Art. 20. Toda e qualquer despesa efetuada por conta do fundo do sêlo eleitoral será examinada pelo

Tribunal de Contas que relatará ao Superior Tribunal Eleitoral suas conclusões até 60 dias após as eleições.

Art. 21. Nenhum candidato poderá manter sedes, escritórios, comitês para seu uso exclusivo, ou para uso de um grupo de candidatos fora da sede dos diretórios municipais ou distritais se os houver. Caso estes não existam devidamente organizados em qualquer localidade, qualquer candidato ou candidatos de um partido, poderão instalar comissões provisórias, com caráter de organismo partidário e não individual, prestando a todos os demais candidatos do partido igual assistência.

Art. 22. Todo material de propaganda enviado por intermédio dos Tribunais Regionais Eleitorais aos diretórios e subdiretórios serão afixados por estes em igualdade de condições para todos os candidatos.

Parágrafo único. Os diretórios ou subdiretórios de partidos não poderão deixar de manter em suas sedes assistência igual para todos os candidatos, ou fazer restrições para os serviços de afixação de cartazes, distribuição de cédulas de qualquer candidato.

Art. 23. Nenhum diretório poderá negar-se a prestar informações a qualquer candidato no que se refira a residência de eleitores, organização de comícios, número de eleitores inscritos, etc.

Parágrafo único. Os membros dos diretórios estaduais, municipais ou distritais que infringirem ou permitirem infringir os dispositivos desta lei uma vez comprovada falta intencionada, sofrerão pena de prisão de um a cinco meses, multa de um a cinco mil cruzeiros, e ficando inibidos de exercer qualquer cargo na direção de partido durante cinco anos.

Art. 24. O serviço de alistamento não sofrerá despesa alguma, seja ele requerido pelos partidos, pelos candidatos ou pelo próprio cidadão, correndo as mesmas por conta do fundo proveniente do sêlo eleitoral.

Art. 25. Os registros civis, e suas certidões para fins eleitorais serão feitos gratuitamente.

Art. 26. Esta lei será regulamentada e entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1 de julho de 1953. — *João Cabanas.*

(D. C. N. de 2-7-53).

Projeto n.º 3.313 — 1953

Modifica os artigos 47, 48 e 52 da Lei n.º 1.164, de 24-7-50 (Código Eleitoral), na parte referente ao registro de candidatos, permitindo a sub-legenda.

(Do Sr. Dolor de Andrade)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Acrescente-se ao artigo 47 da Lei número 1.164, de 24 de julho de 1950, o seguinte:

Parágrafo único. Na hipótese prevista pelo artigo 52 parágrafo único, havendo recusa do órgão partidário, em providenciar o registro, poderão os próprios candidatos requerer a medida.

Art. 2.º Acrescente-se ao artigo 48 da mesma lei:

Parágrafo 5.º Quando o registro fôr requerido, não por órgão partidário, sim, pelos candidatos que representem o terço, na forma do artigo 52 parágrafo único, deverá ser inscrita, logo abaixo do nome do Partido, a sub-legenda adotada, sem a obrigatoriedade de fazê-lo na impressão das cédulas para votação.

“Parágrafo 6.º O requerimento para registro de candidatos a sub-legenda deverá conter:

a) apoio escrito, pelo menos de dez presidentes de diretórios municipais e de cinco membros do diretório estadual ou regional do Partido, quando se tratar de eleições à Câmara dos Deputados ou às Assembleias Legislativas;

b) apoio escrito, no mínimo de 500 (quinhentos) eleitores do Município ou de um terço dos diretórios distritais, para as eleições de vereadores

municipais; exigindo-se, ainda, a assinatura de cinco membros do diretório regional, em se tratando da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal.

c) prova de pagamento das taxas ou contribuições exigidas aos demais candidatos do Partido;

d) adoção de uma única sub-legenda para cada Partido;

e) qualquer elemento de prova de que são militantes do Partido, no mínimo há doze meses, sem ter sido desligados ou excluídos pela forma prevista no estatuto partidário”.

Art. 3.º O parágrafo único do artigo 52, passará a ter a seguinte relação:

“Parágrafo único. Se não houver candidatos à sub-legenda, poderá o Partido indicar um terço a mais de nomes, desprezada a fração:

a) à Câmara dos Deputados e às câmaras municipais, se não exceder de 30 (trinta) os lugares previstos na legislação vigente;

b) às assembleias legislativas e à Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, se não exceder de 65 lugares;

c) quando houver lugares, em número superior ao previsto nas letras a, e b, só se admitirá o registro de sub-legenda, no máximo até 10 (dez) candidatos;

d) os candidatos são obrigados a comunicar à direção do órgão partidário a sub-legenda adotada, pelo menos oito dias antes do prazo mínimo fixado para o registro”.

Art. 4.º A presente lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de julho de 1953. — *Dolor de Andrade.*

Justificação

1. Em face de princípios adotados pela Constituição de 1946, os partidos políticos nacionais funcionam como legítimos órgãos auxiliares da Justiça Eleitoral e não sofrem restrições ao direito de registro, desde que não contrariem o regime democrático (arts. 119-I e 141 § 13).

2. Nessas condições, por força do estatuto básico vigente na República, a disputa eleitoral obedece a normas legais de tal ordem que as organizações partidárias passaram a desempenhar um papel de relevo na preparação dos pleitos.

3. Reservou o legislador brasileiro, apenas, aos partidos nacionais o direito ao registro de candidatos. A matéria ficou perfeitamente definida, porque fundado na Lei Magna, foi que se estabeleceu o conjunto de regras que hoje formam o Código Eleitoral, que não permite o registro de candidatos avulsos, nem indicados por agremiações não devidamente credenciadas pelos tribunais eleitorais.

4. Assim, diante do que estabelece o artigo 47 da lei eleitoral, somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos ou alianças de partidos.

5. Para as eleições que obedecerem ao sistema proporcional cada partido poderá registrar tantos candidatos quantos forem os lugares a preencher (art. 52). Mas, no parágrafo único, permite o registro de um terço a mais de candidatos aos cargos dos poderes legislativos, federal, estadual ou municipal, mediante condições fixadas nas alíneas a e b, aliás razoavelmente restritas.

6. Visa este projeto, reservar aos candidatos à sub-legenda o direito de promover o seu registro, mediante determinadas condições, quando o órgão partidário negar-se à medida. E' o recurso que se estabelece, a fim de que o novo instituto possa obter a necessária vitalidade para vigorar na legislação brasileira, como vigora no Uruguai e noutros países que o adotem ou queiram adotá-lo.

7. Acresce que o Código Eleitoral já permite a indicação de um terço a mais de candidatos, relativamente ao número de vagas a preencher. Fundado nessa possibilidade legal, o registro da sub-legenda perde o caráter de norma revolucionária, contribuindo para preservar a unidade partidária.

8. Quanto ao apontamento exigido pelo projeto, tem as mesmas características do usado nos meios